



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025
(à MPV 1288/2025)

Acrescente-se parágrafo único ao art. 4º da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 4º**

Parágrafo único. Fica vedado a quebra de sigilo de operações de pagamento ou recebimento por Pix à vista, salvo em decisão judicial, em processo individualizado, por motivações idôneas, aceitas pelo juízo competente em instrução de inquéritos ou processos em andamento.”

JUSTIFICAÇÃO

Essa emenda acaba definitivamente com a especulação de que a Receita Federal poderia usar os dados de pagamentos de Pix para promover autuações fiscais, quebrando administrativamente os sigilos bancários dos contribuintes, visando a obtenção de informações para instruir a lavratura de autos de infração por arbitramento de base de cálculo.

Se o governo realmente não tem a intenção de taxar o pix, o apoio a presente medida mostrará que está falando a verdade.

Sala da comissão, 3 de fevereiro de 2025.

Deputada Dani Cunha
(UNIÃO - RJ)
Deputada Federal

